
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM CRIANÇAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL

Christina Souto Cavalcante Costa (Mestre, enfermeira, professora do curso de enfermagem da Faculdade Estácio de Sá de Goiás. Brasil, Goiânia, Goiás), Derlene Aparecida Teles Santos, Sue Christine Siqueira, Kenia Alessandra Celestino de Araújo, Tainara Sardeiro de Santana.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo descrever as dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro no atendimento as crianças que foram abusadas sexualmente. Estudo bibliográfico, descritivo e exploratório, realizou-se uma busca no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) e Bancos de dados em enfermagem (BDENF). Os critérios de inclusão foram Publicações em revistas indexadas nos bancos citados, que retratassem a temática em questão. Conclui-se que o profissional enfermeiro como gestor, e na maioria das vezes se encontra na linha de frente do atendimento a essas vítimas, possui papel importante na observação de sinais, na avaliação, no atendimento humanizado, no estabelecimento de vínculo para melhor coleta de dados, orientação e encaminhamento dessa vítima à equipe multiprofissional que deverá atendê-la e ainda acionar as autoridades responsáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual Infantil, Crianças, Infante, Assistência de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Oliveira e Russo (2017), considera o abuso sexual infantil um dos piores crimes que existem, pois acomete um ser tão frágil e vulnerável, incapaz de se defender de tal agressão e invasão da sua intimidade, sendo adultizada precocemente. Relata ainda sobre a dificuldade existente na coleta de provas, devido à complexidade da situação.

A Lei nº 8.069/1990 cria o Estatuto da Criança

e do Adolescente, sendo assim reconhecida a necessidade de proteção às crianças que até então eram vistas com indiferença pela sociedade. Essa Lei estabelece que casos de abuso sexual infantil sejam obrigatoriamente notificados e ainda incentiva as denúncias (Martins, 2015).

O abuso sexual infantil é a invasão da intimidade e sexualidade da criança, por uma pessoa mais velha, sendo esta criança coagida, ameaçada ou iludida (Santos et al., 2017; Costa; Teixeira, 2016).

Em estudo realizado em 2016, foi comprovado que esse crime é, em sua maioria, perpetrado por homens, em idade aproximada de 36 anos, e desses, a maioria era do seio familiar dessas crianças, pai ou padrasto. Comprova ainda que a maioria das vítimas eram meninas (Soares et al., 2016). Assim Tapia, Antoniassi e Aquino (2014) alertam para as sequelas que esse crime pode deixar na vida dessas vítimas, onde podem desenvolver diversos tipos de transtornos físicos e mentais, o que poderá dificultar o convívio social, nos alertando para a importância do envolvimento da sociedade no impedimento desse crime, uma vez compreendido o impacto que as consequências desse crime causarão na sociedade.

A Lei nº12. 845 de 1º de agosto de 2013, em seu artigo terceiro, orienta sobre a obrigatoriedade do atendimento às vítimas de violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), onde esclarece que essa criança deve ser avaliada imediatamente por uma equipe multiprofissional, deve ser feito o acionamento de autoridades específicas (IML e delegacias), devem ser realizados os exames necessários e ainda que essa vítima tenha o direito de receber informações sobre as medidas tomadas (ECA, 2014).

Diante disso, a presença do enfermeiro é imprescindível, pois este profissional está, na maioria das vezes, na linha de frente do atendimento, como gestor e líder da equipe, sendo assim, é responsável por elaborar planos e definir os profissionais necessários para se envolver neste tipo de situação, buscando uma melhor recuperação da vítima e que esta tenha um tratamento mais humano (Rodrigues et al., 2015, Santos et al., 2017).

Nesse sentido, temos como objetivo descrever as dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro no atendimento as crianças que foram abusadas sexualmente.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico, descritivo e exploratório.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic

Library Online (SCIELO) e Bancos de dados em enfermagem (BDENF).

Foram utilizados os descritores Abuso Sexual Infantil, Crianças, Infância, Assistência de Enfermagem. O passo seguinte foi uma leitura exploratória das publicações nos anos 2013 à 2018, onde encontramos cerca de 20 artigos, dos quais 20 serão utilizados. Como critério de inclusão: artigos publicados em português e inglês na íntegra que retratassem a temática indicada nos bancos de dados nos últimos 5 anos.

Após a leitura analítica, iniciou-se a leitura interpretativa destacando os pontos mais relevantes de interesse da nossa pesquisa, ressaltando as ideias principais e dados mais importantes.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Com o tempo, várias medidas foram tomadas a fim de se garantir os direitos, e uma maior proteção da infância, além da criação de Leis e Estatutos, destaca-se também a criação e implantação dos Conselhos Tutelares (Garcia; Macieira; Oliveira, 2017).

De acordo com Oliveira e Russo (2017), no abuso sexual infantil, as crianças estão tão frágeis em relação ao ocorrido, que fica muito complicado a obtenção de relatos sobre crime, tendo em vista que é usado de ameaças e chantagens, e devido a isso a criança fica reclusa e não confia em ninguém.

Rodrigues et al. (2015) e Soares et al. (2016), concordam que, em casos de abuso sexual infantil, o sexo feminino é mais predominante/vulnerável, e as consequências desse abuso na vítima englobam desde déficits emocionais a transtornos mentais e físicos, entre outros e os fatores associados que podem favorecer o abuso sexual infantil, presentes no âmbito familiar são: o uso de drogas, desemprego, mãe ausente, revitimização e dificuldades econômicas (Soares et al., 2016).

Diante disso os profissionais de saúde precisam realizar atendimento às vítimas de abuso sexual de forma mais sensibilizada, respeitosa e sem julgamentos, e em uma ação multidisciplinar buscar maior sucesso no tratamento e na recuperação, reduzindo os danos causados pela violência sofrida e proceder de acordo com o protocolo de atendimento recomendado pelo Ministério da Saúde (Soares et al., 2016). Assim os Enfermeiros que atuam em unidades

de atendimento móveis, como por exemplo, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que chegam precocemente a vítimas em situação de urgência ou emergência, precisam ter aguçado, o seu instinto avaliativo – crítico – reflexivo, pois precisam relatar toda a cena como foi encontrada, essas informações serão imprescindíveis para a perícia e resolução do crime (Camilo et al., 2017).

Caixinha (2017) relata que é observado um claro sentimento, por parte dos enfermeiros, de se obter uma formação específica em matéria forense, permitindo assim uma melhor abordagem holística de questões legais a respeito do atendimento às vítimas de abuso sexual. E Camilo et al. (2017) refere também que as limitações para o profissional enfermeiro atuar junto às vítimas ocorrem por não haver nenhuma abordagem inicial sobre a área forense nos cursos de graduação. Relatando assim, a necessidade de inserção de conteúdos relacionados, realização de projetos e pesquisas sobre a área forense.

É importante que os profissionais da saúde tenham um maior conhecimento a cerca da identificação de sinais de maus tratos, tanto físicos, comportamentais e/ou emocionais (Matos, 2017). O maior desafio enfrentado no que se refere à violência infantil é criar um plano que priorize medidas preventivas, pois para isso é necessário a união e organização da equipe multidisciplinar onde se busque principalmente a prevenção da violência infantil e a redução dos danos causados (Egry et al., 2017).

Segundo Ciuffo, Rodrigues e Tocantins (2014), dentre as condutas importantes para reduzir a violência sexual infantil, as ações preventivas, que levam informação e educação sobre o tema para a população, as notificações dos casos. Enfatizam ainda a necessidade de maior conhecimento dos profissionais para melhor atendimento às vítimas. De acordo com Egry, Apostolico e Morais (2018), a notificação é importante no processo de enfrentamento da violência, pois através dela são traçados planos estratégicos e tomadas de medidas necessárias para enfrentar esse problema.

É ressaltado ainda a importância de uma melhor aptidão e maior conhecimento da equipe profissional, a respeito da violência sexual infantil, visando criar estratégias para o enfrentamento, seja através do reconhecimento, da notificação, do atendimento e da

elaboração de medidas preventivas (Borges, 2014).

Os enfermeiros possuem um papel essencial em ações para que a violência infantil seja interrompida. Para tanto, é preciso possuir conhecimento a respeito das condutas corretas a serem tomadas, visando a prevenção, a reabilitação e a denúncia, para a proteção das vítimas e a certeza de não impunidade nesses crimes (Valera et al., 2015).

Sommer et al. (2017); Santos e Yakuwa (2015) e Egry, Apostolico e Morais (2018) destacam a importância da capacitação e educação permanente dos profissionais da saúde, para uma melhor atuação junto às vítimas de violência, visando a prevenção, identificação e enfrentamento desse problema. É imprescindível que a elaboração e implantação de ações preventivas, que visem a integridade física e psicológica das nossas crianças. propostas ações promovendo a redução e/ou erradicação de casos de violência infantil, tanto quanto o fornecimento de suporte às famílias das vítimas.

CONCLUSÃO

Assim, a Assistência de Enfermagem em crianças que sofreram abuso sexual é única e indispensável, uma vez que, o enfermeiro traz em sua concepção histórica, o tratamento humanizado, seja qual for a sua área de atuação. Onde este profissional se utiliza muito do seu olhar clínico – avaliativo – crítico – reflexivo, com empatia, compaixão e amor; com isso, tem a facilidade de estabelecer vínculo com as vítimas, possibilitando um relato mais claro e verdadeiro a respeito do ocorrido e a coleta de provas.

Enfermeiro é o profissional que está na linha de frente da maioria dos atendimentos, como gestor e líder de equipe, e, devido a isso, é o primeiro a ter contato com as vítimas e as famílias, onde coletará informações para que, através da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), construa o seu plano estratégico para melhor atendimento e recuperação, sugerindo quais os profissionais serão necessários na equipe multiprofissional e ainda acionando as autoridades específicas, trabalhando em conjunto.

Apesar dos esforços realizados pelos profissionais, há ainda diversas barreiras que dificultam o sucesso da Assistência de Enfermagem, como por exemplo, a ausência e/ou superficialidade do ensino acerca da área forense nos cursos de graduação, pesquisas e

projetos relacionados, o que facilitaria o entendimento e reconhecimento de indícios de abuso sexual infantil.

Também como limitação o pouco investimento em ações preventivas, por parte dos governantes, o que nos leva a refletir como projetos e pesquisas poderiam esclarecer à sociedade sobre a importância da prevenção e a complexidade do assunto, visando maior proteção às crianças e diminuindo possíveis gastos futuros com adultos transtornados e improdutivos. Sendo assim, temos a figura do Enfermeiro, sempre se atualizando e cuidando do Ser Humano, como forma de, talvez, não mudar o mundo, mas mudar a forma como o Ser Humano vive no mundo.

REFERÊNCIAS

Borges, J.P.A. Violência na Infância: perspectivas e desafios para a Enfermagem. *Revista da Sociedade Brasileira de Enfermagem Pediátrica*, v.14, n.2, p 154-158, 2014.

Caixinha, L.D.A. Competências emergentes na prática de enfermagem: ofensa sexual de crianças. *Dissertação, Universidade do Porto, Mestrado em ciências forenses*. 2012/2013

Camilo, L.S.S; Dantas, T.O; Musse, J.O; Silva, D.P.; Assis. E.S. Preservação da cena de crime pelo enfermeiro no serviço de atendimento móvel de urgência: uma revisão integrativa. *Cadernos de Graduação. Ciências Biológicas e de Saúde Unit*, v. 4, n. 2, p. 185-202, 2017.

Ciuffo, L.L; Rodrigues, B.M.R.D; Tocantins, F.R. Interdisciplinary action of nurses to children with suspected sexual abuse. (Ação interdisciplinar do enfermeiro à crianças com suspeita de abuso sexual). *InvestEducEnferm*. V.32, n. 1, p. 112-118, 2014.

Costa, S.F; Teixeira, S. “A História Não Tem De Ser O Destino” o risco psicossocial em crianças com famílias disfuncionais. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, v.7, n 1-2, p. 193-203, 2016.

Egry, E.Y; Apostolico, M.R; Morais, T.C.P. Enfrentamento da violência infantil numa perspectiva de rede: o entendimento dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. *Atas CIAIQ, Investigação qualitativa em saúde, 5º Congresso IBERO Americano em Investigação Qualitativa*, v. 2. p. 1464-1471, 2016.

Egry, E.Y; Apostolico, M.R.; Morais, T.C.P. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção

e processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária em Saúde. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n.1,p.83-92, 2018.

Egry, E.Y; Apostolico, M.R.; Morais, T.C.P; Lisboa, C.C.R. Enfrentar a violência infantil na atenção básica: como os profissionais percebem?. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.70, n. 1, p. 119-25, 2017.

ESTATUTODACRIANÇAEDOADOLESCENTE e legislação correlata [recurso eletrônico], Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata, 12 ed., Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

Garcia, P.A; Macieira, A.P; Oliveira, D.E.S.D. O trabalho da equipe multiprofissional com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atendidas na unidade hospitalar. *Revista do Laboratório de estudos da Violência da UNESP/Marília*. N. 20, p. 29-56, 2017.

Martins, J.M. O abuso sexual infantil intrafamiliar: do segredo à elaboração. *Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró- reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós Graduação. Mestrado em Psicologia Clínica*. Recife, 2015.

Matos, A.T.C. Ideias e conhecimentos dos profissionais de saúde sobre o maltrato infantil. *Tese (mestrado) - Universidade do Algarvo, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, p.44-45, 2017.

Oliveira, D.C.C; Russo, J.A. Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as “duas psicologias”. *PhysisRevista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 579-604, 2017.

Rodrigues, A.A.B; Silva, W.A.L; Santos, A.L; Paranhos, S.B; Azevedo, B.A.R. A importância da assistência de enfermagem à criança e ao adolescente vítima de abuso sexual: uma revisão de literatura. *Anais do IV Congresso de Educação em Saúde da Amazônia (COESA), Universidade Federal do Pará*, 2015.

Santos, J.S; Yakuwa, M.S. A Estratégia Saúde da Família frente à violência contra crianças: revisão integrativa. *Revista da Sociedade Brasileira de Enfermagem Pediátrica*, v.15, n.1, p 38-43, 2015.

Santos, M.F.O; Santos, J.F; Costa, M.F; Figueiredo, N.C.G.A; Teles, P.F.S.P; Tinoco, K.F; Silva, V.S; Oliveira, F.B.M. Assistência de Enfermagem à criança vítima de abuso sexual, *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 9, n. 1, p. 995-1002, 2017.

Soares, E.M.R; Silva, N.L; Matos, M.A.S; Araujo, E.T.H; Silva, L.R; Lago, E.C. Perfil da violência sexual

contra crianças e adolescentes. Revista Interdisciplinar. V. 9, n. 1, p. 87-96, 2016.

Sommer, D., Franciscatto, L.G; Getelina, G.O; Salvador, K. Caracterização da violência contra crianças e adolescentes: indicativos para a prática do enfermeiro. Revista de Enfermagem, FW,v.13, n.13, p. 14-28, 2017.

Tapia, C.E.V; Antoniassi, L.J; Aquino, J.P. O papel do enfermeiro frente ao abuso sexual de crianças e

adolescentes. Revista Saúde em Foco, v. 1, n. 1, p. 93-102, 2014.

Valera, I.M.A; Almeida, E.C; Baldissera, V.D.A; Jaques, A.E; Bueno, S.M.V. Atuação da equipe de enfermagem diante da violência infanto-juvenil. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde, v. 17, n.3, p.103-111, 2015.